

**ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro –
Orçamento 2015 - 4ª Revisão de Receita**

I – Metas de arrecadação 2015 – Reavaliação das Receitas Ordinárias do Tesouro

Esta nota visa reavaliar as estimativas de Receita do Tesouro Estadual em relação ao registrado na 3ª Revisão de Receita, Nota Técnica Nº 19, de 25 de agosto de 2015. A continuidade de ações visando realizar receitas não recorrentes vem concentrando numa escala ascendente os esforços da SEFAZ, em busca de melhores resultados do processo arrecadatório, compromisso governamental de minimizar o déficit financeiro estimado, além de adequar a projeção ao cenário fiscal para o exercício corrente, sensível às alterações dos indicadores econômicos. As reavaliações estão descritas e evidenciadas nos textos e tabelas apresentados ao longo desta Nota.

A nova estimativa de receita das fontes do Tesouro aqui apresentada totaliza R\$ 63,1 bilhões. A diferença a maior, de R\$ 1,8 bilhão em relação à 3ª Revisão, tem origem na expectativa de realização de receitas não recorrentes que, em parte, compensarão a frustração de Receita Tributária, reflexo dos recentes indicadores fiscais que continuam acenando para um cenário econômico desfavorável.

As alterações estão justificadas de forma mais detalhada na seção III desta Nota.

II – Cenário Econômico

O atual quadro econômico deve perdurar por mais algum tempo, tendo em vista a intensa contração da atividade produtiva evidenciada nos últimos meses.

As projeções de mercado apontam para persistente desaceleração da economia nos próximos anos. Neste sentido, recente relatório do Boletim Focus, datado de 25 de setembro, projeta retração de 2,8% do PIB nacional no final de 2015 e 1,0% em 2016.

Neste diapasão, o aprofundamento da crise política tem contribuído para elevar o nível de incerteza da economia e a efetividade dos ajustes das contas públicas. Por consequência, retraem-se os investimentos e o consumo, ensejando paralisia quase que por completa da atividade econômica.

No campo internacional, a desaceleração econômica da China tem intensificado os desequilíbrios produtivos e financeiros dos demais países emergentes. Países como o Brasil, dependentes do ciclo de preços das commodities, tem apresentado um quadro de debilidade na dinâmica do investimento.

Diante deste cenário, a expectativa no mercado é de uma valorização do dólar em 2015 com um câmbio médio de 3,39 R\$/US\$, segundo boletim Focus já citado. Este ambiente de incerteza, em especial no Brasil, tem propiciado a volatilidade do Real frente às principais divisas e impactado a flutuação das previsões da taxa de câmbio.

Na presença da desvalorização cambial, os produtos nacionais têm aumentado a competitividade frente aos importados. Por esta razão, a balança comercial já mostra sinais de melhora do saldo. De acordo com o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), a balança comercial brasileira apresentou de janeiro a agosto de 2015, saldo acumulado de US\$ 7,303 bilhões ante o saldo de US\$ 201 milhões, no ano anterior. Em contraposição, a balança comercial fluminense registrou um resultado acumulado de janeiro a agosto de 2015 de + US\$ 64 milhões contra +US\$ 1,083 bilhão no mesmo período do ano anterior.

Na esteira dos últimos acontecimentos e diante da expectativa de retração da demanda interna e externa, a produção industrial nacional, de acordo com os dados do Boletim Focus (25/09/15), deve fechar o ano de 2015 com uma queda de 6,65%. Segundo o mesmo relatório, espera-se ainda para 2016, retração de 0,6%.

Com relação à inflação, o IPCA, a nível nacional, registrou um percentual acumulado de janeiro a agosto de 2015 de 7,06% contra 4,02% no mesmo período do ano passado. O Boletim Focus (25/09/2015) prevê que o índice feche este ano em 9,46%, muito acima do teto fixado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) de 6,5%. Na região

metropolitana do Rio de Janeiro - ERJ, o período compreendido entre janeiro e agosto de 2015 acumulou 6,68%, ante 4,65% em 2014.

Por conta da piora acentuada no cenário econômico nesses últimos meses, setores industriais com forte peso na arrecadação de ICMS têm apresentado persistente redução no ritmo de suas atividades. Em decorrência disso, o mês de agosto foi marcado por quedas significativas na receita estadual, haja vista o resultado negativo de 3,7% do ICMS neste mês, com destaque para os seguintes setores: importação (-34,8%), petróleo e derivados (-79,5%), transportes (-4,7%) e telecomunicações (-1,1%). Diante deste quadro, a perspectiva para os próximos meses não permitiria estimar melhora no desempenho arrecadatário para o ano não fosse o esforço da Administração Estadual em ações para viabilizar receitas extraordinárias no âmbito do ICMS. Recentes medidas de gestão implantadas neste exercício acenam para melhores resultados do processo de arrecadação.

III – Descrição das variações de projeção de Receita:

A Tabela 1 apresenta as novas estimativas de receita estadual, que são comentadas item a item em seguida.

Tabela 1 - Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2015 - Rubrica Orçamentária

R\$ milhões

Receita*	FR	REVISÃO DE RECEITA		3ª REVISÃO X 4ª REVISÃO	
		3ª Revisão (F)	4ª Revisão (G)	(G - F)	Δ % (G/F-1)
IRRF	00	3.168	3.168	-	
IPVA	00	2.363	2.363	-	
ITD	00	767	767	-	
FECFP	22	3.035	3.035	-	
ICMS	00	33.465	33.006	- 459	-1,4%
Modelo Previsão		32.482	31.523	- 959	-3,0%
Acordo Grandes Contribuintes 1º		363	363	-	
Acordo Grandes Contribuintes 2º		620	520	- 100	-16%
Acordo Grandes Contribuintes 3º			200	200	100%
Gestão Inadimplência			400	400	100%
Receita Financeira		231	240	9	3,7%
FPE	06	1.165	1.165	-	
IPI	07	777	777	-	
Lei Kandir	07	86	86	-	
Demais Transf. União (FEX)	01	43	43	-	
Multas e Juros**		512	561	49	9,5%
Dívida Ativa***		436	310	- 126	-28,9%
Previsão		287	161	- 126	-43,9%
Acordo Grandes Contribuintes		149	149	-	
Dep. Judiciais tributários	90	700	700	-	
Ressarcimento de pessoal cedido		60	74	14	23,6%
Outras Restituições		150	141	- 9	-6,0%
Outros		86	86	0	0,1%
Receitas Extras		310	1.831	1.521	490,8%
CEG	01	130	130	-	
Demais Receitas	01	30	30	-	
Depósitos Trabalhistas		-	1.500	1.500	100,0%
Receita intra outras Restituições	01	150	150	-	
	04	-	21	21	0,0%
Subtotal 1		47.356	48.354	999	2,1%
Alienação de Bens	01	1.700	2.000	300	17,6%
Securitização Dívida Ativa		700	1.000	300	42,9%
Carteira do FUNDES		1.000	1.000	-	
Depósitos judiciais	91	300	300	-	
Operações de Crédito		6.074	6.074	-	
	11	5.381	5.381	-	
	21	693	693	-	
Receita Financeira		58	105	47	81,7%
Subtotal 2		8.132	8.479	347	4,3%
Royalties & FEP		5.249	5.730	481	9,2%
	04	1.678	2.437	759	45,3%
	10	3.571	3.292	- 278	-7,8%
CIDE	26	18	18	-	
Salário Educação	05	477	477	-	
Subtotal 3		5.744	6.226	481	8,4%
TOTAL GERAL (1+2+3)		61.232	63.059	1.827	3,0%

*Receita Bruta (com FUNDEB)

** Inclui FR 00 - 01 - 22 - 96

*** Inclui FR 00 - 01 - 22

1. **ICMS** – Reavaliado a menor em R\$ 459 milhões em relação à 3ª Revisão. A redução no nível de confiança na economia, a inflação e o aumento do desemprego tem produzido reduções nas projeções de crescimento econômico para este ano. A previsão de receita extraordinária foi ajustada, na medida em que houve o desenrolar dos acordos já previstos anteriormente. Ademais, uma terceira rodada de negociação e ações de Gestão da Inadimplência estimada em R\$ 200 milhões e R\$ 400 milhões, respectivamente, já estão em curso. Diante destas expectativas, a receita de ICMS foi revista para R\$ 33,0 bilhões.

2. **Multas e Juros** – Diante do bom desempenho arrecadatório dessa conta, sua estimativa foi reajustada para R\$ 561 milhões, porque parcelas dos TACT(s) que estão sendo formalizados com os contribuintes serão contabilizadas nessa rubrica. Em relação à 3ª Revisão de Receita, os R\$ 49 milhões a mais já foram recolhidos.

3. **Receitas não recorrentes – Demais receitas** – Reavaliada em mais R\$ 1,5 bilhão em decorrência das tratativas em andamento, acompanhadas por unidades administrativas da SEFAZ, para realizar saque em Conta de depósito Judicial de origem trabalhista nos termos da Lei Federal 151/2015. Nessa direção, será editado decreto para compatibilizar a Lei Estadual com a citada Lei Federal. Estima-se que, viabilizados esses recursos, a arrecadação total, considerado o fluxo normal e a 2ª parcela da CEG, poderá atingir R\$ 1,8 bilhão no exercício corrente.

4. **Dívida Ativa** – Reavaliada em R\$ 310 milhões. A redução de R\$ 126 milhões na estimativa dessa conta é fruto do baixo desempenho do fluxo de receitas realizadas nos últimos meses.

5. **Alienação de Bens** – reavaliada em R\$ 300 milhões a mais por conta da celeridade do processo de implantação da Empresa, com perspectiva de antecipação do leilão das debêntures. A expectativa atual é de arrecadar cerca de

R\$ 1 bilhão neste ano. O registro da receita dessa operação nessa rubrica segue rotina contábil utilizada em Estados com créditos semelhantes.

- 6. Royalties** – estimativa aumentada em R\$ 481 milhões em relação à 3ª Revisão, pautada no repasse de valores devidos pela Petrobras ao ERJ referentes aos litígios do campo de Lula e Albacora. O primeiro no valor de R\$311 milhões contestados pela Concessionária e depositados em juízo em virtude de liminar concedida pela Justiça Federal à mesma, nos autos do processo no 2014.51.01.167592-2. Julgado improcedente a medida cautelar, a ANP intimou a Petrobras para que sejam pagos os valores devidos. O segundo trata de valores a receber por auditorias realizadas pela ANP, nos volumes de produção de gás no Campo de Albacora, cabendo ao ERJ cerca de R\$170 milhões. A estimativa anual foi revista para R\$ 5,7 bilhões.

Tabela 2

R\$

ROYALTIES		3ª REVISÃO	4ª REVISÃO
		5.248.536.328	5.729.900.574
	Tranferências aos Municípios	321.052.885	324.832.232
	PASEP	49.274.834	54.265.418
Fonte 04	FECAM	303.003.601	351.281.663
	Indenização a União	1.004.631.077	1.004.631.078
	Serviço da Dívida		702.658.885
Fonte 10	RIOPREVIDÊNCIA*	3.570.573.931	3.292.231.300

* Inclui a parcela do FEP, conforme Determinação do TCE na análise das Contas de Gestão de 2012.

Tabela 2 - Reestimativa de Receita Tesouro 2015 - Por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

Receita**	FR	3ª REVISÃO (E)	4ª REVISÃO (F)	3ª REVISÃO X 4ª REVISÃO	
				(F - E)	Δ% (F/E - 1)
IRRF	00	3.168	3.168		
IPVA	00	2.363	2.363		
ITD	00	767	767		
ICMS	00	33.465	33.006	-459	-1,37%
Multas e Juros	00	493	541	48	9,81%
Dívida Ativa	00	417	291	-127	-30,31%
Receita Financeira	00	0	0	0	55,89%
Outras Restituições	00	20	1	-19	-95,00%
Outros	00	0	0		
TOTAL	00	40.695	40.139	-556	-1,37%
Receita Financeira	01	231	240	9	3,68%
Demais Transf. União	01	43	43		
Multas e Juros	01	6	6	0	3,66%
Outras Restituições	01	120	120		
Dívida Ativa	01	12	14	2	20,92%
Demais Receitas	01	30	1.530	1.500	5000,00%
Alienação de Bens*	01	1.700	2.000	300	17,65%
Ress. de Pess. Cedido- D. Áreas	01	3	3		
Rec. Intra de Pessoal Cedido	01	0	0	0	69,22%
Rec. Intra de Outras Restituições	01	150	150		
Rec. Intra-Orçamentária - Demais Receitas	01	-	-		
Outros	01	208	208	-0	-0,09%
TOTAL¹	01	2.503	4.314	1.811	72,37%
Royalties	04	1.678	2.437	759	45,26%
Outros	04	-	21	21	100,00%
Royalties	10	3.571	3.292	-278	-7,79%
TOTAL		5.249	5.751	503	9,58%
Salário Educação	05	476	476		
Outros	05	1	1	0	2,61%
TOTAL	05	477	477	0	0,01%
FPE	06	1.165	1.165		
Receita Financeira	07	-	-		
IPI	07	777	777		
Lei Kandir	07	86	86		
Outros	07	0	0		
TOTAL	07	863	863		
Demais	20	16	27	11	68,80%
Intra-orçamentária	20	41	44	3	7,18%
Total	20	57	71	14	24,50%
FECP	22	3.035	3.035		
Multas e Juros	22	14	14		
Dívida Ativa	22	7	5	-2	-26,60%
TOTAL	22	3.056	3.054	-2	-0,06%
Outros	26	0	0	0	50,00%
CIDE	26	18	18		
TOTAL	26	19	19	0	0,32%
Dep. Judiciais tributários	90	700	700		
Outros	90	1	1	0	25,15%
TOTAL	90	701	701	0	0,03%
DEP. Judiciais não Tributários	91	300	300		
Outros	91	-	-		
TOTAL	91	300	300		
Outros	95	5	5		
Outros*	95	2	2		
Outros	11	55	100	45	81,82%
Outras Restituições	11	10	20	10	100,00%
Operações de Crédito*	11	5.381	5.381		
Operações de Crédito*	21	696	698	2	0,32%
Total Fontes de Recursos do Tesouro		61.232	63.059	1.827	2,98%

* Receitas de Capital

** Receita Bruta (com FUNDEB)

¹ Inclui R\$2.657.857,00 referente à Emenda Legislativa para orçamento de investimento da CEDAE

IV – Cronograma de entrada de receitas¹.

A reavaliação das Receitas do Estado altera o cronograma anteriormente estimado. O quadro abaixo demonstra o novo cronograma, ajustando o fluxo de entrada das Receitas nos últimos meses de 2015 à nova previsão para o ano.

Tabela 3 – Cronograma Bimestral por Rubrica de Receita e Fonte de Recursos

									Em mil R\$
FONTE	TIT FONTE	FR	1º BIMESTRE**	2º BIMESTRE**	3º BIMESTRE**	4º BIMESTRE**	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
11	RECEITA TRIBUTÁRIA	00	6.771.879	6.438.877	6.130.396	6.282.250	6.636.586	7.045.130	39.305.118
		01	3.287	4.877	3.115	3.202	5.122	5.122	24.726
		22	493.245	509.810	499.009	482.057	512.215	538.841	3.035.177
13	RECEITA PATRIMONIAL	00	2	4	4	4	20	20	52
		01	53.185	45.983	51.788	50.783	77.841	121.174	400.753
		04	1.142.648	250.387	244.473	302.738	185.680	311.528	2.437.455
		05	408	84	248	153	76	76	1.047
		07	0	0	0	0	0	0	0
		10	233.229	61.748	707.807	867.669	166.018	1.255.975	3.292.446
		11	19.569	14.724	15.928	15.028	17.375	17.375	100.000
		21	768	855	844	767	883	883	5.000
		26	14	20	20	69	28	28	180
		90	214	264	309	356	28	28	1.200
16	RECEITA DE SERVIÇOS	95	1.226	570	1.031	404	384	384	4.000
		01	5.596	1.278	5.409	842	1.187	1.187	15.500
17	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	95	174	75	197	93	31	31	600
		01	0	0	0	0	14.333	28.667	43.000
19	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	05	131.123	70.309	67.809	69.118	68.911	68.911	476.181
		06	239.892	183.521	219.067	163.743	152.570	205.904	1.164.696
		07	141.621	134.692	133.848	125.189	151.322	175.939	862.610
		26	396	0	0	5.643	12.441	0	18.480
		00	92.348	114.844	111.932	288.843	112.703	112.703	833.373
		01	5.114	14.702	96.437	9.184	771.050	782.431	1.678.917
21	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	11	4.235	1.376	3.176	8.764	2.002	448	20.000
		20	1.448	11.012	2.079	5.932	958	5.596	27.025
		22	2.854	3.046	2.927	3.066	3.467	3.467	18.827
		90	0	0	0	0	0	700.000	700.000
22	ALIENAÇÃO DE BENS	91	0	0	115.627	0	92.187	92.187	300.000
		11	138.064	305.970	969.680	615.559	1.675.710	1.675.710	5.380.694
23	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	21	3.344	12.548	95	10.471	333.426	333.426	693.309
		01	0	0	0	0	666.667	1.333.333	2.000.000
79	INTRAORÇAMENTÁRIA OUTRAS CORRENTES	95	0	0	0	0	1.191	1.191	2.382
		01	76	135.578	68	108	83	14.487	150.400
		04	-	-	-	21.473	-	-	21.473
83	INTRAORÇAMENTÁRIA AMORTIZAÇÃO	20	9.357	9.797	6.553	8.192	1.997	7.983	43.878
		01	0	104	88	79	63	68	400
Total Fontes de Recursos do Tesouro			9.495.315	8.327.054	9.389.962	9.341.779	11.664.556	14.840.234	63.058.900

* Apenas UGE 999900.

** Valores já realizados.

¹ Receita Bruta (Com FUNDEB e Transferências aos Municípios)

V - Alocação das Dotações no Orçamento Anual por Fonte de Recursos vis-à-vis a Perspectiva de Arrecadação.

A tabela a seguir apresenta a quarta revisão de receita detalhada por fonte de recursos, comparada com o orçamento disponível.

Tabela 4

COMPARATIVO DOTAÇÃO DISPONÍVEL E PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

Em R\$

COMPARATIVO DE DESPESAS E RECEITAS POR FONTE								
FR	RECEITA BRUTA PREVISTA (A)	PREVISÃO FUNDEB (B)**	RECEITA LÍQUIDA PREVISTA (C) = (A) - (B)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	SUPERÁVIT	DISPONÍVEL (D)	DIFERENÇA (C)-(D)
00	40.138.543.070	5.439.611.787	34.698.931.283	38.452.819.549	2.807.931.372	27.987.382	35.616.900.795	(917.969.512)
01	4.313.696.160		4.313.696.160	2.640.392.728	629.494.956	-	2.010.897.772	2.302.798.388
06	1.164.696.113	232.939.223	931.756.890	968.661.490	36.904.600	-	931.756.890	-
07	862.610.284	133.666.844	728.943.440	861.757.236	132.813.797	-	728.943.439	1
22	3.054.004.131		3.054.004.131	3.268.778.173	211.308.890	1.550.211	3.055.919.072	(1.914.941)
Subtotal	49.533.549.758	5.806.217.853	43.727.331.905	46.192.409.177	3.818.453.614	29.537.594	42.344.417.969	1.382.913.935
04	2.458.927.948		2.458.927.948	3.322.824.132	1.624.603.167	-	1.698.220.965	760.706.983
05	477.227.928		477.227.928	478.314.473	2.133.209	-	476.181.264	1.046.664
20	70.903.015		70.903.015	74.507.917	-	17.578.704	56.929.213	13.973.802
26	18.660.145		18.660.145	5.895.720	-	1.493.590	4.402.129	14.258.016
90	701.200.000		701.200.000	711.766.572	-	-	711.766.572	(10.566.572)
91	300.000.000		300.000.000	363.421.572	-	63.421.572	300.000.000	-
95	6.982.432		6.982.432	6.997.481	-	2.935.795	4.061.686	2.920.746
11	5.500.694.222		5.500.694.222	7.234.800.520	850.000.000	1.347.996.897	5.036.803.623	463.890.599
21	698.308.734		698.308.734	744.360.741	-	43.153.653	701.207.088	(2.898.354)
10	3.292.446.035		3.292.446.035	3.292.446.035	-		3.292.446.035	-
SUBTOTAL REC. DESTINAÇÃO ESP.	13.525.350.460	-	13.525.350.460	16.235.335.163	2.476.736.376	1.476.580.212	12.282.018.575	1.243.331.885
TOTAL	63.058.900.218	5.806.217.853	57.252.682.364	62.427.744.340	6.295.189.990	1.506.117.806	54.626.436.544	2.626.245.821

** Contabilizado por Conta Redutora.

SIG em 24-08-2015

Na tabela 5 acima demonstra-se que a nova expectativa da realização de receitas, cujos valores estão detalhados segundo a origem no item III desta Nota, quando comparada ao orçamento liberado, aumenta sobremaneira a disponibilidade apontada na Nota anterior, de R\$1,229 bilhão para R\$ 2,626 bilhões, já deduzidas as transferências ao FUNDEB.

Considerando as Fontes de Recursos do Tesouro que se compensam, a previsão de Receita aponta para um saldo de R\$ 1,38 bilhão concentrado na FR 01- Recursos não Provenientes de Impostos.

VI – Alocações nas Despesas Vinculadas à Arrecadação

Neste item, para compatibilizar a despesa com a receita estimada, estão detalhadas em tabelas individualizadas, os ajustes necessários a serem processados nas dotações destinadas às vinculações constitucionais, embora algumas não possam ser ajustadas aos parâmetros apontados porque despesas incompressíveis estão requerendo maior soma de recursos.

Pelo mesmo motivo, continua-se apresentando a previsão anual das transferências ao FUNDEB, que embora contabilizado “*ex post*” por conta dedutora, o conhecimento prévio desse valor é fundamental ao cálculo da estimativa do montante mínimo obrigatório a ser aplicado na a Função Educação.

Ainda no âmbito de vinculações constitucionais, como o retorno do FUNDEB – FR 15 está diretamente relacionado às Transferências a esse o FUNDO, sugere-se que a liberação orçamentária ocorra em consonância com a realização dessa receita na Conta Tesouro. As contas dedutoras registram o valor total transferido ao FUNDO a cada mês, e, a discriminação das parcelas, perda líquida e retorno, é calculada pelo FUNDEB de acordo com o coeficiente de matrículas do ERJ. Numa estimativa preliminar, deverão retornar ao Estado R\$ 2.633.507.010,32.

VI.1 Transferências aos Municípios

Tabela 5

TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS					
TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS	DESPESA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
FR 00	9.659.027.950	10.648.393.209	866.342.484	9.782.050.725	123.022.775
FR 04	324.832.232	492.452.796	157.091.650	335.361.146	10.528.914
FR 07	194.186.053	233.248.933	39.062.880	194.186.053	(0)
FR 26	4.620.036	-	-	-	(4.620.036)
TOTAL GERAL	10.182.666.272	11.374.094.938	1.062.497.014	10.311.597.924	128.931.652

Em R\$

VI.2 Saúde

Tabela 6

Em R\$

SAÚDE					
SAÚDE	DESPESA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
UOS*		4.722.696.855	200.952.542	4.521.744.313	
2901		160.310.092	-	160.310.092	
2931		32.769.084	3.034.891	29.734.193	
2961		4.458.046.982	197.917.651	4.260.129.330	
2971		71.570.698	-	71.570.698	
IASERJ		(32.769.084)	(3.034.891)	(29.734.193)	
Juros sobre a Dívida (IVB)**		(774.816)	(354.816)	(420.000)	
TOTAL GERAL	4.244.173.032	4.689.152.955	197.562.835	4.491.590.120	247.417.088

* UOS - Função 10: 2901, 2931, 2961, 2971 e 4043. / Excluída FR 01 e FR 20.

VI.3 Educação e FUNDEB

Tabela 7

Em R\$

EDUCAÇÃO					
EDUCAÇÃO	DESPESA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
UOS*		3.785.798.920	222.540.818	3.563.258.102	
1241		22.499.344	2.807.214	19.692.130	
1801		1.276.520.172	14.053.850	1.262.466.322	
1802		201.625.556	-	201.625.556	
4041		208.782.643	16.743.390	192.039.253	
4043		974.973.933	89.622.820	885.351.113	
4044		868.756.818	75.301.472	793.455.346	
4045		164.060.080	16.781.525	147.278.555	
4046		39.624.477	3.511.707	36.112.770	
4047		28.955.897	3.718.840	25.237.057	
CEPERJ		(22.499.344)	(2.807.214)		
FAPERJ		(208.782.643)	(16.743.390)		
Dispon. de Refeição (DEGASE)		(23.817.496)	-	(23.817.496)	
Nutrição Escolar (FAETEC)		(14.775.627)	-	(14.775.627)	
Subtotal	3.035.831.800	3.515.923.810	202.990.214	3.312.933.596	277.101.796
FUNDEB - Conta Redutora	5.806.217.853			5.806.217.853	
TOTAL EDUCAÇÃO	8.842.049.653	3.515.923.810	202.990.214	9.119.151.449	277.101.796

* UOS - Função 12: 1241, 1801, 1802, 4041, 4043, 4044, 4045, 4046 e 4047.

Excluída FR 01, FR 20

VI.4 FAPERJ, FECAM, FEHIS, FAF e PASEP

Tabela 8

Em R\$

FAPERJ					
FAPERJ	DESPESA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL GERAL	423.090.067	467.612.402	39.274.089	428.338.313	5.248.246

Em R\$

FECAM					
FECAM	DESPESA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
FR 01	758.666	828.567	-	828.567	69.901
FR 04	351.281.663	531.930.936	228.927.335	303.003.601	(48.278.062)
TOTAL GERAL	352.040.328	532.759.503	228.927.335	303.832.168	(48.208.160)

Em R\$

FEHIS					
FEHIS	DESPESA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
UOS		251.779.758	15.971.928	235.807.829	
Aluguel Social		74.974.908	5.190.830	69.784.078	
TOTAL GERAL	305.400.413	326.754.666	21.162.759	305.591.907	191.494

Em R\$

FAF					
FAF	DESPESA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL GERAL	340.675.896	384.896.430	42.932.463	341.963.967	1.288.071

Em R\$

PASEP					
PASEP	DESPESA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
FR 00	379.556.495	413.803.713	-	413.803.713	34.247.217
FR 01	43.136.962	18.520.963	-	18.520.963	(24.615.999)
FR 04	54.265.418	85.117.321	29.892.180	55.225.141	959.723
FR 06	11.646.961	12.108.269	-	12.108.269	461.308
FR 07	6.412.567	7.427.285	-	7.427.285	1.014.718
FR 26	140.401	1.817	-	1.817	(138.584)
TOTAL GERAL	495.158.804	536.979.368	29.892.180	507.087.188	11.928.384

VII – Resumo de Origens e Aplicações de Recursos

Apresentadas no item VI desta Nota algumas considerações importantes sobre a Receita x Despesa, na Tabela 10 a seguir demonstra-se o saldo/déficit por Fonte de Recursos apontado na Tabela 5, as respectivas alocações para as despesas regidas por dispositivos constitucionais e legais, além da possível alocação em outras despesas não discricionárias, ainda não atendidas orçamentariamente na integralidade de sua estimativa.

O saldo de recursos livres, apontado na coluna SUBTOTAL, é de R\$2,048 bilhões, uma vez que os valores vinculados às FR(s) 04, 26 e 90 têm destinação específica. Como já mencionado anteriormente, algumas despesas vinculadas estão requerendo recursos em montante superior ao limite mínimo exigido, especificamente nas áreas de Educação e Saúde. Caso os R\$277,1 milhões e os R\$247,41 milhões, indicados na Tabela como “*sobra de dotação*” nas Funções Educação e Saúde, respectivamente, não possam ser contingenciados, a disponibilidade passa a ser de R\$ 1,523 bilhão, que, a critério da SEPLAG, poderá atender despesas com serviços da dívida e restituições de recursos de terceiros, ainda deficitárias orçamentariamente.

Consideradas apenas as despesas não discricionárias aqui citadas o déficit orçamentário previsto é de R\$ 203,39 milhões que deve ser somado ao déficit de pessoal e de custeio de domínio da SEPLAG.

Tabela 9

RESUMO ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (4ª REVISÃO RECEITA)

Em R\$										
FR	00	01	06	07	22	SUBTOTAL	04	26	90	TOTAL
SALDO / DÉFICIT FR	-917.969.512	2.302.798.388	0	1	-1.914.941	1.382.913.935	760.706.983	14.258.016	-10.566.572	2.147.312.363
TOTAL COMPROMISSOS	688.325.192	-24.615.999	461.308	1.014.718	191.494	665.376.713	-36.789.424	-4.758.620	0	623.828.669
OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	TRANSF. MUNICÍPIOS	123.022.775			-0	123.022.774	10.528.914	-4.620.036		128.931.652
	SAÚDE	247.417.088				247.417.088				247.417.088
	EDUCAÇÃO (DEMAIS)	277.101.796				277.101.796				277.101.796
	FAPERJ	5.248.246				5.248.246				5.248.246
	FECAM					0	-48.278.062			-48.278.062
	FEHIS				191.494	191.494				191.494
	FAF	1.288.071				1.288.071				1.288.071
	PASEP	34.247.217	-24.615.999	461.308	1.014.718	11.107.244	959.723	-138.584		11.928.384
SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES (1)	-229.644.320	2.278.182.389	461.308	1.014.718	-1.723.447	2.048.290.649	723.917.559	9.499.396	-10.566.572	2.771.141.031
DÍVIDA		-1.990.681.081				-1.990.681.081	-723.917.559		10.566.572	-2.704.032.068
RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS*		-261.000.000				-261.000.000				-261.000.000
DER						0	-9.499.396			-9.499.396
SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES E DÍVIDA (2)	-229.644.320	26.501.308	461.308	1.014.718	-1.723.447	-203.390.432	0	0	0	-203.390.432

VIII – Conclusão:

O acompanhamento da realização da Receita Própria do Tesouro registra o reflexo da economia nacional. A Receita Tributária arrecadada de janeiro/agosto, registrada no SIAFEM , de R\$ 29,304 bilhões evidencia a expressiva frustração de recursos no período, quando em 2014 essa arrecadação atingiu R\$28,344 bilhões, crescimento nominal de apenas 3,39%, contra uma inflação acumulada de (IPCA) de 9,53%.

Analisando isoladamente, o ICMS no mês de agosto, desconsiderados os valores do Fundo Estadual de Combate à Pobreza-FECP e acessórios, a receita contabilizada no SIAFEM, R\$ 2,486 bilhões, registra variação nominal negativa de 3,8% quando comparada ao mesmo mês do ano anterior (R\$ 2,535 bilhões). No acumulado (janeiro/agosto), a arrecadação de R\$20,983 bilhões (+ 0,6%), se não fosse a performance de variação positiva registrada no mês de julho (+ 20,1%), consequência do recolhimento de valores negociados com grandes contribuintes (R\$ 363 milhões), fecharíamos o período com variação nominal negativa de 1,2%.

Para minimizar os efeitos da crise econômica, contando com o apoio do Poder Legislativo na aprovação de Leis que permitiram negociar com grandes contribuintes créditos em cobrança administrativa, estima-se arrecadar no ICMS e acessórios uma receita adicional de cerca de R\$ 1,2 bilhão, resultado de Termos de Ajuste de Conduta Tributária – TACT que estão sendo firmados. Paralelamente, após constatar-se expressivo montante de créditos declarados e não pagos, força tarefa integrada por 15 Auditores Fiscais está fazendo a gestão da inadimplência, o que poderá aumentar a arrecadação desse imposto em cerca de R\$ 400 milhões ainda neste exercício.

Essas medidas aliadas às ações de securitização da Dívida Ativa e da Carteira do FUNDES, além da possibilidade de saque em contas de depósitos judiciais, inclusive trabalhistas, sob a guarda de instituições financeiras, estão sendo levadas a termo na busca pelo equilíbrio orçamentário e financeiro, uma vez que a Receita é probabilística e a Despesa determinística, não sendo possível reduzir gastos incompressíveis, principalmente na área de pessoal e pagamento do serviço da dívida, já consagrados.

Por fim, vale acrescentar que as tabelas aqui apresentadas consideram a nova expectativa de Receita e têm como objetivo orientar a SEPLAG nos ajustes necessários

à liberação do orçamento, ao mesmo tempo, em que despesas novas não contempladas orçamentariamente, mas de caráter impostergável, são submetidas ao crivo da Comissão de Planejamento Orçamentário e Financeiro-COPOF. Medidas estas fundamentais a preservar o equilíbrio orçamentário e financeiro.

Nos próximos meses, diante do acompanhamento da receita realizada, novas revisões nas estimativas aqui apresentadas serão necessárias e poderão ditar outras medidas de ajuste.

Raphael Phillipe dos Santos Lopes Leal de Moura
Superintendente de Relações Federativas e Transparência Fiscal

Daniela de Melo Faria Costa
Superintendente de Programação Financeira

Josélia Castro de Albuquerque
Subsecretária de Política Fiscal

De acordo,

Julio Cesar Carmo Bueno
Secretário de Estado de Fazenda